

Tendências do financiamento, gasto e controle democrático da política de habitação.Luiza Sousa de Carvalho¹Sandra Oliveira Teixeira²

1. Estudante de IC da Universidade de Brasília - UnB; *carvalho luiza@live.com

2. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

Palavras Chave: *Controle Democrático, Política Social, Habitação.***Introdução**

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa “Políticas Sociais em tempos de crise do capital: tendências do financiamento, gasto e controle democrático” e é dedicado especificamente à análise da política de habitação no âmbito do governo federal no período de 2003 a 2014. Trata-se de aprofundar a pesquisa realizada pelo plano de trabalho intitulado “As principais tendências contemporâneas da política de habitação no Brasil” no âmbito do edital PROIC 2013/2014.

Resultante das lutas sociais a Constituição Federal de 1988 amplia-se o envolvimento da sociedade civil no processo de decisão e implementação das políticas sociais descentralizando e democratizando o Estado brasileiro (IPEA, 2005). É nesse momento que podemos começar a falar em democracia no Brasil, em representatividade e participação social, pelo menos no que diz respeito à legislação. Esse modelo de participação objetiva assegurar a presença dos atores sociais na formulação, gestão, implementação e no controle social das políticas sociais.

Resultados e Discussão

Para apreender a dimensão do controle democrático, concernente à transparência, ao acesso à informação e à participação no orçamento público por parte da massa de trabalhadores, são analisadas a natureza das deliberações do Conselho das Cidades, onde o levantamento documental abrangeu as resoluções publicadas pelo Conselho das Cidades, os relatórios das Conferências Nacionais das Cidades, atos normativos que regulam a política de habitação e seus espaços de controle democrático. Foi utilizada uma Matriz analítica para qualificar as deliberações quanto ao seu conteúdo, concepção, direito e da política em si, ao controle social da política, a gestão do conselho, ao financiamento da política e dos programas, bem como outros aspectos próprios da política ou do conselho.

Quadro 1 - Matriz Analítica:

Matriz Analítica das Resoluções por Aspectos Temáticos 2003 – 2014	
Aspectos	Assuntos/Temas
Concepção	Todos os assuntos que se refere a critérios, objetivos, abrangência, que tratam da concepção dos direitos, programas, projetos da política; definem sua natureza.
Controle Social	Todos os assuntos que se referem ao controle social, conselhos, conferências, deliberações, eleição e participação da sociedade.
Gestão	Todos os assuntos que se referem à descentralização, intersetorialidade, articulação entre as políticas, comissões gestoras, formas de organização institucional da política.
Financiamento	Todos os assuntos relativos ao financiamento e gasto, gestão financeira, fontes de financiamento, orçamento anual, recursos destinados à política.
Outros Aspectos Próprios ou específicos de cada política	Identificar se há outros assuntos ou aspectos que não estão contemplados nos quatro indicados.

Quadro 2 – Sistematização das deliberações do ConCidades:

Deliberações do ConCidades por Temática – 2003 à 2014													
Temática	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Concepção	9	5	11	4	7	3	3	2	6	5	2	58	
Controle Social	6	3	4	3	2	4	3	3	2	4	5	39	
Gestão	3	2	4	3	6	4	2	1		1	2	28	
Financiamento	5	4	5				2	7				1	24
Administrativa			3	3	7	3				2		7	25
Normativa			1	3	1	3	1	2		4	1	1	17

Fonte: ConCidades. Elaboração Própria.

As resoluções que dizem respeito à concepção do direito e ao controle social e democrático apresentam o número mais representativo, e as demais resoluções apresentam quantidades semelhantes. Vale destacar que é imprescindível avançar na concepção, mas é tão importante quanto, avançar nas deliberações referentes à gestão e ao financiamento da política habitacional.

Conclusões

O ConCidades apresenta uma margem de participação popular importante, e de certa forma transparente, resolve sobre instâncias que são prioridade para os trabalhadores e trabalhadoras, referente à ações Ministério das Cidades, mas de forma desvinculada, desmembrando o direito à habitação, com as pastas de moradia, saneamento e mobilidade urbana por exemplo. Entre a deliberação do conselho e a ação do Ministério, a política social que atinge o trabalhador é permeada por lacunas que não garantem a efetivação do direito à habitação. Portanto é necessário que a população tenha o conselho como seu principal aliado e não aliado às estratégias governamentais de realização de políticas para classe trabalhadora mas que atendem ao interesse das empresas capitalistas.

A representação do Conselho Nacional está permeada por cadeiras cativas, sem permitir o rodízio de diversos âmbitos da sociedade, dessa forma é possível perceber uma base vinculada à representação cutista e governista hegemônica.

Agradecimentos

Agradeço ao GESST - Grupo de estudos e pesquisa sobre Seguridade Social e Trabalho pela oportunidade e orientação, e ao PIBIC pela bolsa remunerada de Iniciação Científica.

BOSCHETTI, Ivanete. A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus. In *Revista Serviço Social e Sociedade* n. 112. São Paulo, Cortez, 2012.

PEREIRA, TATIANA DAHMER. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 376 - 389, ago./dez. 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/11956/8644>. Acesso em 13/01/2013.g